

TERMO DE REFERENCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA
FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA - VV
Processo Administrativo nº 116.405/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

a) Contratação de serviços na modalidade Pregão Eletrônico, para realização **capacitação e formação continuada presencial**, com temáticas e conteúdos técnicos referentes às atividades desta Secretaria, visando atualizar e aprimorar os conhecimentos e competências técnicas dos gestores, trabalhadores da Assistência Social, conselheiros municipais e outros atores envolvidos na oferta de serviços à população, conforme descreve o objeto deste Termo de Referência, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote Único					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CURSO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	Serviço	09	R\$ 22.400,00	R\$ 201.600,00
Total			R\$ 201.600,00		

- b) O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- c) O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- d) O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- a) Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- b) O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: PCW00720.2025-94

2.1 Da Justificativa da NÃO aplicação dos ART. 47 E 48 DA LC 123/2006

c) A decisão por lote único se apoiou em uma análise/pesquisa do mercado, que demonstrou uma capacidade adequada das empresas para atender à demanda total deste projeto, reafirmando que o modelo escolhido está alinhado às práticas do setor econômico relevantes. As atividades de capacitação exigem um planejamento unificado e uma abordagem coerente para garantir o sucesso do projeto educacional. A análise indicou que a divisão do objeto poderia resultar em complicações logísticas e impactos negativos na aplicação uniforme dos programas de ensino, além de aumentar os custos operacionais, comprometendo a viabilidade econômica da iniciativa;

d) Em virtude dos fatores acima, optou-se por lote único. Essa decisão foi amparada pela certeza de que a divisão acarretaria prejuízos tangíveis ao projeto, impactando negativamente a qualidade das atividades de capacitação propostas e para assegurar a uniformidade e integridade do programa, conclui-se que o parcelamento não seria benéfica. A uniformidade na execução do serviço é primordial para atingir os resultados educacionais desejados no contexto da assessoria/consultoria.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

a) A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

- A solução proposta pela contratação de uma empresa especializada para realização de capacitação e formação continuada deriva da necessidade de constante atualização e aprimoramento dos conhecimentos para o enfrentamento dos fenômenos do cotidiano dos trabalhadores da Assistência Social e apropriação pelos atores das demais áreas e do controle social.

- Da descrição dos requisitos da contratação. O caráter especializado dos profissionais que realizarão a capacitação e formação continuada é imprescindível, uma vez que, há uma multiplicidade de áreas e há profissionais com especialização que ora oferecem seus serviços profissionais e podem contribuir para, qualificar os gestores, trabalhadores e conselheiros que conseqüentemente, ofertarão melhores atendimento aos munícipes de Vila Velha.

- A contratação pretendida, de uma empresa de assessoria/consultoria, permite diversificar a oferta de capacitação e formação continuada, atualmente oferecida na modalidade de Educação a Distância (EAD) pelos demais entes demonstrando o compromisso do ente municipal na efetivação da política pública.

CONTEÚDOS DA CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

FORMAÇÃO CONTINUADA: CRIANÇA E ADOLESCENTE QUANTIDADE: 09 Turmas.			
PERÍODO PREVISTO	TEMÁTICA	TURNO	CARGA HORÁRIA
1º SEMESTRE DE 2026	1. A Criança e o Adolescente na legislação Brasileira 1.1. A Constituição Federal 1.2. Convenções Internacionais 1.3. A Criança e o Adolescente na legislação 1.4. O Estatuto da Criança e do Adolescente	Matutino Vespertino	4 horas
	2. O Desenvolvimento integral da criança e do adolescente 2.1. Aspectos do desenvolvimento da criança 2.2. Família e a primeira infância 2.3. Aspectos e a fase da adolescência 2.4. Os desafios da saúde mental e sexualidade	Matutino Vespertino	4 horas
	3. A Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente 3.1. Atendimento à Criança e Adolescente vítima de Violência e violação de direitos 3.2. A Proteção às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual (notificação compulsória)	Matutino Vespertino	4 horas
	4. Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência 4.1. Lei 13.431/2017 4.2. Escuta Especializada e Depoimento Especial 4.3. Guia de Escuta Especializada: Conceitos e Procedimentos Éticos e Protocolares 4.4. Encaminhamentos ao Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça	Matutino Vespertino	4 horas
	5. Trabalho Infantil e Serviço de Aprendizagem 5.1. A Erradicação do Trabalho Infantil e o Sistema de Aprendizagem 5.2. Sistemas de Aprendizagem	Matutino Vespertino	4 horas
	5.3. Oficina para construção de Protocolos e Fluxos de Atendimento e Proteção à criança e ao adolescente	Matutino Vespertino	4 horas

	6. A Intersectorialidade no Atendimento à Criança e ao Adolescente 6.1. A importância da Educação 6.2. A saúde componente para o desenvolvimento integral 6.3. A cultura, o esporte e lazer	Matutino Vespertino	4 horas
	7. O Sistema de Garantia de Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente 7.1. Direito à Convivência Familiar e Comunitária 7.2. O Conselho Municipal de Defesa e Garantia de Direitos e o controle social. 7.3. Gestão do Fundo Municipal Para a Criança e do Adolescente - FIA	Matutino Vespertino	4 horas
	7.4. Atores do Sistema de Garantia de Direitos/SGD 7.5. Atuação dos Conselheiros Tutelares 7.6. Ética profissional e etiqueta profissional	Matutino Vespertino	4 horas
Total de horas			36 horas

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Possível impacto: consumo de recursos materiais, tais como papel e plástico, em materiais didáticos impressos, podendo resultar em aumento de resíduos sólidos.

Indicação: Quando possível, adoção de materiais didáticos digitais em substituição aos impressos, reduzindo a demanda por papel e plástico, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável e com a promoção da eficiência no uso dos recursos, conforme o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021. No mais, espera-se que a contratada faça a devida destinação das embalagens que envolve os materiais, equipamentos e demais instrumentos acessórios essenciais à prestação dos serviços.

Subcontratação:

- a) É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Contratação empresa especializada em assessoria e/ou consultoria para realização capacitação e formação continuada destinada aos gestores, trabalhadores da assistência social, conselheiros municipais e outros convidados.

O objeto licitado não possui complexidade ou características técnicas que exijam especialização de terceiros. A empresa licitante deve ter capacidade técnica, por meios próprios, para executar todo o serviço.

Garantia de Contratação:

- a) Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- b) A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.
- c) No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo em até 10 dias da data de assinatura do contrato.
- d) O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- e) O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- a) Após o envio da Ordem de Serviço, a empresa contratada será notificada pela Contratante para definição do cronograma de cada turma, a data, horário e demais especificações e alinhamentos referente à programação.
- b) Os cursos serão realizados por turma de até 30 pessoas, na modalidade presencial na cidade de Vila Velha/ES, cabendo a empresa contratada comprometer-se por todos os recursos necessários e a infraestrutura, tal como descrito no objeto do Termo.
- c) A empresa deverá dispor/providenciar uma sala na cidade de Vila Velha/ES com capacidade 30 pessoas/turmas, dispondo de café, água, copos e banheiros, observando as condições de acessibilidade.

(Após a assinatura do contrato, a empresa deverá comprovar em até 30 dias que dispõe de sala na cidade de **Vila Velha**/ES, visto que a capacitação se dará de forma presencial.)

- d) Indicação do Respectivo Responsável Técnico habilitado para o desempenho dos serviços ora licitados;
 - A empresa arrematante deverá comprovar o vínculo empregatício com o profissional indicado, através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), da ficha de registro de empregados, contrato de prestação de serviços ou contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futuro (no caso de algum profissional ser sócio da empresa, não é necessário apresentar comprovação de vínculo, o que se dará pelo próprio contrato social);
 - O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pela licitante deverá especificar sua

vinculação à execução integral do serviço objeto desta licitação.

- O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.
- e) A empresa arrematante deverá indicar o/a facilitador(es) e/ou professor(es) com 30 (trinta) dias de antecedência ao início da capacitação.
- f) A empresa deverá emitir certificados reconhecidos e válido em todo território nacional.
- g) A contratada é responsável pelo fornecimento de material de apoio tais como: cadernos de orientação, legislação ou cartilhas (impressos ou formato digital), kit aluno contendo caneta esferográfica e blocos de anotação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c) As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d) O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e) Após a assinatura do contrato e envio da autorização de serviço, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do cronograma e demais alinhamentos.
- f) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- g) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- h) O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- i) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- j) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação

que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

k) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

l) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

m) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

n) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

o) Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

p) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

q) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

r) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

s) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

t) O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

u) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

- v) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Medição:

- a) A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):
- (1) Lista de Presença – mínimo de 75% de participação para emissão do certificado.
 - (2) Documento de avaliação da formação - Critérios mínimos da avaliação:
 - (2.1) Metodologia de aplicação do conteúdo pertinente com o tema;
 - (2.2) Capacidade de expor a temática;
 - (2.3) Conteúdo adequado para as práticas profissionais;
 - (2.4) Disponibilização de material utilizado na formação;
 - (2.5) Disponibilização de material para estudo complementar e sugestões de bibliográficas;
 - (2.6) Espaço Físico da formação;
 - (2.7) Feedback geral e sugestões.
- b) Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- (1) Não produzir os resultados acordados,
 - (2) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - (3) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- c) A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2 Do Pagamento

- a) Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após apresentação das “Notas Fiscais/Faturas”, as quais deverão conter as indicações dos serviços contratados com base no Contrato do Objeto desta licitação, os quais deverão vir acompanhados de demais documentos eletrônicos (relatórios, autorizações, documentações de serviços e entre outras geradas com base nos serviços e retinas aplicados), sendo relacionados conforme as condições indicadas.
- b) Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme condições dispostas neste Edital.
- c) Para o efetivo pagamento, deverão ser previamente enviadas para o Gestor/Fiscal

do Contrato as Notas Fiscais/Faturas pré-formatadas para sua avaliação, as quais deverão ser entregues e protocoladas conforme indicado pela PMVV

d) Nenhum pagamento será efetuado à(s) CONTRATADA(S) enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

e) As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela(s) CONTRATADA(S), obrigatoriamente, com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e indicação do número do contrato/processo objeto desta licitação.

f) Os demais documentos eletrônicos (relatórios, autorizações, documentações de serviços e entre outras geradas com base nos serviços e retinas aplicados), ou seja, aqueles relacionados para acompanhamento junto com as Notas Fiscais/Faturas, poderão ser disponibilizados por meio eletrônico, seja para e-mail do “Gestor/Fiscal do Contrato” ou por “Sistema Web” porventura disponibilizado pela(s) CONTRATADA(S).

g) Havendo erro na apresentação da “Nota Fiscal/Fatura”, ou ainda, dos documentos pertinentes à contratação dos serviços, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a(s) CONTRATADA(S) providencie(m) as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

h) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

i) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

j) Os preços contratados por meio do Objeto desta Licitação, poderão sofrer reajuste, aplicando-se o “Índice INCP” (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), cuja data base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

k) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3 Antecipação de pagamento

A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

a) O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2 Exigências de habilitação:

b) Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Apresentar atestado de capacidade técnica que comprove ter desenvolvido trabalhos e/ou atividades similar ao tema proposto junto à administração pública e/ou instituições privadas;

8.3 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO/COOPERATIVAS

a) Quanto a participação de Empresas em consórcio e/ou cooperativas, informamos que para o presente objeto, optamos nesse ato pela vedação, justificando que o objeto a ser contratado, em todos os lotes, não possui complexidade para tanto. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021, que em seu Art. 15 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

a) O custo estimado total da contratação é de R\$ **201.600,00** (duzentos e um mil e seiscentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Vila Velha.
- b) A dotação será indicada no momento oportuno do processo.

12. Responsáveis pela Elaboração

O modelo do Termo de Referência adotado trata de Anexo da Portaria Conjunta SEMAD/PGM/ SEMCONT nº 04/2024.

Vila Velha, 30 de janeiro de 2026

Katia Mariano do Nascimento

Gerente Gestão SUAS

Matrícula: 9077499

Bruno Torquato Aguiar Oliveira

Assistente Público Administrativo

Matrícula: 10007210

DECLARAÇÃO

APROVO O CONTEÚDO DO TERMO DE REFERÊNCIA DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PARA REALIZAÇÃO CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PRESENCIAL, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA/ES-PMVV.

DESSA FORMA, À VISTA DAS INFORMAÇÕES TRAZIDAS AOS AUTOS, DECLARO O CUMPRIMENTO DOS INCISOS I E II DO ART. 16 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, E QUE A DESPESA ENCONTRA-SE ADEQUADA COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E COMPATÍVEL COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E AINDA, COM O PLANO PLURIANUAL, ESTANDO O PRESENTE PROCESSO EM CONDIÇÕES DE DAR INÍCIO AOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.

Leticia Goldner Valim

Secretária Municipal de Assistência Social



MANIFESTO DE ASSINATURAS

